



**TAMIRES APARECIDA CORREA**

**COALIZÕES PARTIDÁRIAS NO SISTEMA  
POLÍTICO BRASILEIRO**

**LAVRAS – MG**

**2015**

**TAMIRES APARECIDA CORREA**

**COALIZÕES PARTIDÁRIAS NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Colegiado  
do Curso de Administração Pública,  
para a obtenção do título de Bacharel  
em Administração Pública.

Orientadora

Dra. Julia Moretto Amâncio

**LAVRAS – MG**

**2015**

**TAMIRES APARECIDA CORREA**

**COALIZÕES PARTIDÁRIAS NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Colegiado  
do Curso de Administração Pública,  
para a obtenção do título de Bacharel  
em Administração Pública.

\_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Dr. \_\_\_\_\_

Dr. \_\_\_\_\_

Dra. Julia Moretto Amâncio  
Orientadora

**LAVRAS – MG**

**2015**

Á minha mãe, por nunca ter medido esforços para que eu chegasse  
aonde cheguei.

A você dedico meu eterno amor e gratidão.

Dedico

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar, a Deus, por ter me amparado nos momentos difíceis e por ter me dado força para persistir.

Agradeço a minha mãe Elizabeth, pelo amor incondicional e por ter me ensinado a ser forte e nunca desistir de meus sonhos.

Agradeço aos meus irmãos, Tais e Geovane, pela paciência, compreensão e torcida.

Agradeço a minha família, pela torcida constante pelo meu sucesso.

Ao Vinicius pelo incentivo, atenção, compreensão e carinho.

Aos meus amigos e colegas, pelo incentivo, apoio e torcida.

Aos companheiros de curso. Agradeço pelo convívio, pelos momentos inesquecíveis e pela amizade.

A minha orientadora Júlia Moretto Amâncio, pela atenção e paciência durante a orientação, e por todos os incentivos que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores do curso de Administração Pública, que foram tão importantes na minha vida acadêmica, e no meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço a todos, que mesmo distantes, sempre acreditaram na minha capacidade.

Tamires Aparecida Correa

“O presente, ainda que custoso, pode ser vivido e aceito, se levar a uma meta e se pudermos estar seguros desta meta; se esta meta for tão grande que justifique a cansaça do caminho.”

Papa Bento XVI

## **RESUMO**

A proposta desse trabalho é descrever e detalhar a importância das coalizões partidárias para o funcionamento do sistema político brasileiro. Para tal, essa monografia aborda o funcionamento do presidencialismo de coalizão no Brasil após a Constituição de 1988, descreve as características do sistema partidário brasileiro após 1988 e mostra como são as relações entre o sistema partidário brasileiro e as instituições políticas. Busca-se através desse estudo teórico ressaltar o quanto relevante o tema é para a sociedade brasileira e como impacta no funcionamento do atual sistema político. Através dessa monografia será possível identificar como a Constituição de 1988 modificou o cenário eleitoral brasileiro e quais foram as consequências dessas mudanças nas relações entre as coalizões partidárias e o nosso sistema político.

Palavras-chave: Coalizões partidárias. Sistema político brasileiro. Presidencialismo de coalizão.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Presidencialismo de coalizão .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Sistema Partidário .....</b>	<b>20</b>
<b>2.3 Coligações Partidárias .....</b>	<b>32</b>
<b>3 ANÁLISES E DISCUSSÕES.....</b>	<b>38</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>



## **1 INTRODUÇÃO**

Os partidos políticos já existem há bastante tempo no Brasil. Já tiveram várias formas e moldes de funcionamento, mas o multipartidarismo como é de conhecimento hoje, surgiu com o fim do regime militar. A essência do partido político, inicialmente, era unir forças para conseguir eleger seu candidato e ter o poder em suas mãos, porém, com o passar do tempo e com o surgimento de novos partidos os votos se dispersam e apenas a força do partido não é mais suficiente para eleger o candidato.

É nesse contexto que as coalizões políticas surgem como um reforço aos partidos políticos. Coalizões políticas são alianças eleitorais entre os partidos políticos, que visam alcançar o maior número de votos na eleição. Logo, percebe-se que as coalizões partidárias são de grande importância para o funcionamento do sistema político brasileiro.

O objetivo específico desse trabalho é descrever e detalhar qual a importância das coalizões partidárias para o funcionamento do sistema político brasileiro. Para tal, os objetivos específicos serão: explicar o funcionamento do presidencialismo de coalizão no Brasil após a Constituição de 1988, descrever as características do sistema partidário brasileiro após 1988 e compreender como são as relações entre o sistema partidário brasileiro e as instituições políticas.

Busca-se através desse estudo teórico ressaltar o quanto relevante o tema é para a sociedade brasileira e como isso impacta a nossa estrutura política, já que, essas coalizões partidárias podem favorecer a permanência de um único partido no poder, perpetuando uma má gestão e impedindo que mudanças aconteçam. Entretanto, as coalizões não são totalmente negativas, pelo

contrário, as coalizões favorecem os micros partidos que em condições normais teriam uma dificuldade muito grande para se eleger ou sequer conseguiriam ter uma visibilidade política.

Sendo assim, as coalizões surgem como uma alavanca para os pequenos partidos políticos, como um reforço e certeza para os grandes partidos e principalmente como uma nova forma de estruturação partidária, pois ela é capaz de unir ideologias partidárias diferentes em prol de um mesmo objetivo-fim.

Este trabalho classifica-se em uma pesquisa descritiva, que segundo Cooper e Schindler (2008, p. 129), “pretende descobrir quem, o que, onde, quando ou quanto” sobre o problema de estudo. De acordo com o tema do trabalho a pesquisa descritiva é a que mais satisfaz a necessidade, pois através dela poderei identificar todos os objetivos específicos traçados para realização do trabalho.

O tipo de pesquisa utilizado será *ex post facto* onde segundo Cooper e Schindler (2008, p. 128) “os investigadores não têm controle sobre as variáveis no sentido de poderem manipulá-las. Eles podem apenas relatar o que aconteceu ou o que está acontecendo.” Logo, trata-se de uma pesquisa que terá como procedimento de coleta de dados o estudo e análise de artigos, teses, dissertações e relatórios. Esse trabalho usará apenas dados secundários.

Para o desenvolvimento do trabalho foram selecionados apenas os principais autores que tratam de cada um dos tópicos abordados, devido a uma limitação que o trabalho possui, que é a ausência de materiais brasileiros ou materiais que possuam tradução.

O estudo das coalizões partidárias é importante para a administração pública pois através das coalizões pode-se traçar um caminho que o governo seguirá, fatores externos as coalizões tem efeitos muito significativos no

governo, como o mercado financeiro e a popularidade do partido governante, porém a coalizão pode ser ainda mais significativa que esses fatores.

Quando o governo possui uma coalizão fraca, mal estruturada, é difícil resistir aos fatores externos sem prejudicar a imagem do governo, já quando a coalizão é forte e não abre brechas a fragmentações e divergências dentro dela, passar por crises criadas por esses fatores externos torna-se mais fácil pois essa coalizão forte e estável consegue manter uma boa imagem ao governo.

Para a Administração Pública o aspecto mais importante das coalizões é o fato de ela propiciar que os projetos de políticas públicas propostos pelo governo ao Congresso sejam facilmente aprovados já que os membros de sua coalizão serão maioria no Congresso, se não houvesse a coalizão a aprovação de algum projeto seria muito difícil devido ao elevado grau de fragmentação partidária existente no Brasil.

Esse elevado grau de fragmentação partidária no Brasil é a justificativa da existência das coalizões, pois em um sistema multipartidário como o presidencialismo de coalizão brasileiro, onde existe um alto grau de fragmentação partidária e tradição de voto proporcional, as coalizões multipartidárias são inevitáveis para se alcançar uma maioria no Congresso e garantir os interesses do governo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Presidencialismo de coalizão

O termo presidencialismo de coalizão foi criado pelo autor Abranches (1988) em sua obra “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro” que discute a peculiaridade do modelo político brasileiro. O termo encaixou-se perfeitamente ao sistema político brasileiro e passou a ser adotado por diversos autores e também a integrar editoriais de grande circulação. O autor menciona que outro termo não seria capaz de comportar a especificidade do sistema, conforme:

“O Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira, à falta de melhor nome, ‘presidencialismo de coalizão’” (1988, p.19).

No Brasil adotam-se dois sistemas eleitorais: o sistema eleitoral majoritário e o sistema eleitoral proporcional. Pelo sistema eleitoral majoritário, considera-se eleito o candidato que obtiver o maior número de votos dentre os competidores. O sistema eleitoral majoritário é subdividido em majoritário de maioria simples e majoritário de maioria absoluta.

O sistema eleitoral majoritário de maioria simples possui apenas um turno, onde o candidato que obtiver o maior número de votos é eleito, independentemente da proporção dos votos obtidos em relação ao total de votos válidos, vale lembrar que não são considerados votos válidos os votos

brancos e nulos. O sistema majoritário de maioria simples é utilizado para eleger senadores, prefeitos e vice-prefeitos dos municípios com até 200.000 (duzentos mil) eleitores.

No sistema majoritário de maioria absoluta vence o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos. O sistema majoritário de maioria absoluta é utilizado para eleger o presidente e vice-presidente da República, os governadores e vice-governadores dos Estados ou do Distrito Federal e os prefeitos e vice-prefeitos dos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores. No sistema majoritário de maioria absoluta, os votos dos eleitos devem corresponder necessariamente a mais de 50% dos votos válidos. Se a maioria absoluta não for alcançada no primeiro turno das eleições, apenas os dois candidatos mais votados disputarão o segundo turno.

O sistema eleitoral proporcional objetiva viabilizar que todos os segmentos sociais sejam representados junto ao Estado, na proporção direta do peso desses segmentos no total de votos válidos apurados. Pelo sistema eleitoral proporcional, o eleito é conhecido por intermédio de cálculos matemáticos que determinam o quociente eleitoral e o quociente partidário, onde, quociente eleitoral determina o número mínimo de votos que um partido ou coligação deve alcançar para eleger um de seus candidatos e o quociente partidário determina quantos candidatos o partido ou coligação que alcançou o quociente eleitoral terá direito a eleger.

No sistema eleitoral proporcional nem sempre os mais votados são eleitos, é possível que um candidato de determinado partido seja eleito com menos votos do que outro candidato de partido concorrente. O sistema proporcional é utilizado para eleger os vereadores, os deputados estaduais, os deputados federais e os deputados distritais.

Segundo Sartori (1996, p. 20) “há um elemento ligado ao funcionamento macropolítico dessas democracias proporcionais que as separa

na própria lógica de seu movimento”. Segundo o autor esse elemento trata-se da necessidade, mais ou menos frequente, da utilização das coalizões interpartidárias para a formação do Executivo.

De acordo com Abranches (1988, p. 20) a frequência com que as coalizões são feitas reflete a fragmentação partidária e, segundo o autor, é improvável a emergência sistemática de governos sustentados por um só partido majoritário. É exatamente em sociedades mais divididas e conflituosas que a governabilidade e a estabilidade institucional requerem a formação de alianças fortes e com grande capacidade de negociação.

A característica que torna o sistema brasileiro uma peculiaridade segundo Abranches (1988, p. 21) é o fato do “Brasil ser o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o Executivo com base em grandes coalizões”.

A lógica de formação das coalizões políticas pode ser dividida em dois eixos: o partidário e o regional (estadual). Essa característica é afirmada na seguinte passagem:

“A lógica da formação de coalizões tem, nitidamente dois eixos: o partidário e o regional (estadual), hoje como ontem. É isso que explica a recorrência das grandes coalizões, pois o cálculo relativo a base de sustentação política do governo não é apenas partidário-parlamentar, mas também regional” (ABRANCHES, 1988, p.22).

Cabe ressaltar que a obra em que Abranches aborda esse assunto é de 1988, ano que ocorreu a reforma constitucional brasileira, ano em que as mudanças na constituição vieram a remodelar o sistema político brasileiro e é a partir desse período conhecido como pós - redemocratização que o autor Fernando Limongi (2006) questiona essa singularidade política brasileira que Abranches (1988) afirma existir.

Segundo Limongi (2006) essa formulação criada por Abranches, quando colocada no contexto atual, deixa lacunas e abre espaço para questionamento sobre o porquê o sistema político brasileiro se excluiria dos demais modelos de democracias proporcionais.

De acordo com Abranches (1988) outro fator que levaria o sistema político brasileiro a ser visto como “original”, peculiar, é o fato de haver certa incapacidade do sistema em formar coalizões estritamente partidárias, dada a fragilidade dos partidos, o que se explica referindo-se à sobrevivência do poder tradicional (poder regional e local). É a partir desses aspectos que Abranches (1988) usa para defender a peculiaridade do sistema político brasileiro que Limongi (2006) questiona se a conceituação, como foi criada, é aceitável nos dias atuais.

O que Limongi (2006) questiona não é o conceito de ‘presidencialismo de coalizão’ em si, mas a legitimidade em se dizer que o Brasil possui um sistema político peculiar, pois segundo ele Abranches utilizou de poucos dados para caracterizar o sistema político. A questão é que o período pós-constituição de 1988 trouxe mudanças significativas nesse aspecto, e para encontrar a verdadeira face do sistema político brasileiro atualmente é necessário voltar aos conceitos de presidencialismo e parlamentarismo e fazer uma estruturação do funcionamento dos governos democráticos.

Limongi (2006) defende que o governo brasileiro é bem-sucedido no que condiz ao campo legislativo, pois conta com os apoios sólidos da coalizão partidária. Sendo assim é difícil aceitar a fala de Abranches que diz que a base de apoio do governo carece de solidez. De acordo com Limongi (2006):

“O governo controla a produção legislativa e esse controle é resultado da interação entre poder de agenda e apoio da maioria. Maioria resumida por uma coalizão partidária pura e simples. Nada muito diverso do que se passa nos governos parlamentaristas. Ou seja, não há bases para

tratar o sistema político brasileiro como singular. Muito menos, para dizer que estaríamos diante de uma democracia com sérios problemas, ameaçada por alguma síndrome ou patologia causada quer pela separação de poderes, quer pela fragilidade de seus partidos.” (LIMONGI, 2006, p. 25).

O grande problema que o presidencialismo de coalizão enfrenta segundo Abranches (1998) é o constante choque ideológico entre ideologias partidárias distintas que se fundem, gerando o que o autor Abranches denominou “dilema institucional”. Segundo Abranches (1988):

“Numa estrutura multipartidária, marcada pelo fracionamento, o sucesso das negociações, na direção de um acordo explícito que compatibilize as divergências e potencialize os pontos de consenso, é decisivo para capacitar o sistema político a atender ou conter legitimamente demandas políticas, sociais e econômicas competitivas e formular um programa coerente e efetivo.” (ABRANCHES, 1988, p. 28)

Assim se dá naturalmente um amplo processo de conflito e negociação onde os partidos que fazem parte da coalizão se enfrentam em manobras bem estudadas para obter cargos e poder decisório. Para Abranches (1988, p.29) o maior risco do desempenho das coalizões “está no quadro institucional do Estado, para decidir, negociar e implementar políticas.” Sendo assim, é compreensível a ruptura de grandes ou pequenas coalizões devido às grandes divergências ideológicas.

Abranches (1988,p.30) afirma que “no presidencialismo, a instabilidade da coalizão pode atingir diretamente a presidência.” A partir dessa informação é que se pode compreender a grande necessidade de procedimentos bem institucionalizados para a solução de conflitos e disputas interpartidárias internas à coalizão. Abranches (1988) ainda afirma que:



“Existe sempre um nível superior de arbitragem, que envolve, necessariamente, as lideranças partidárias e do Legislativo e tem, como árbitro final, o presidente. Na medida em que este seja o único ponto para o qual convergem todas as divergências, a presidência sofrerá danosa e desgastante sobrecarga e tenderá a tornar-se o epicentro de todas as crises.” (ABRANCHES, 1988, p.30)

Segundo Abranches (1988) é exatamente esse o ponto que demonstra explicitamente o dilema institucional do presidencialismo de coalizão. Assim conclui-se que governos de coalizão devem ter como requisito funcional indispensável uma instância, que possua força constitucional para intervir em momentos de tensão entre o Executivo e o Legislativo.

Considerando esses conflitos que são frutos do presidencialismo de coalizão Abranches (2015) traça características sobre os ciclos que esse sistema político tende a seguir devido ao grande grau de fragmentação partidária existente. Abranches (2015) afirma que “o presidencialismo de coalizão brasileiro se desdobra em três ciclos: o ciclo “centrípeto”, o ciclo de “ambivalência” e o ciclo “centrífugo””. Antes de entrar diretamente no conceito e funcionamento de cada um dos ciclos Abranches (2015) esclarece o princípio motor dos ciclos:

“É bom esclarecer que o princípio motor deles, que é a força central incontestável da Presidência nos regimes presidencialistas. Esta força faz com que todo o processo de interação e conflito ocorra entre o Congresso e a Presidência. A estabilidade da coalizão depende crucialmente do poder de atração da Presidência e das ações pessoais do (a) presidente. Cria-se um espaço de conflito e negociação no ambiente institucional formado pelos poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário).” (ABRANCHES, 2015)

Segundo Abranches (2015) “essas negociações e contrariedades envolvem sempre, não só os partidos, mais as facções partidárias, que constituem um fator complicador e desafiam a capacidade presidencial de gestão da coalizão”. Tendo exposto esses princípios o autor parte para a caracterização de cada um dos três ciclos do presidencialismo de coalizão.

Abranches (2015) caracteriza o “ciclo centrípeto” como um momento onde a presidência tem sinal fortemente positivo: alta popularidade, desempenho econômico favorável, inflação sobre controle, renda real estável ou crescendo. Neste cenário a gestão da coalizão é facilitada pelo próprio ambiente e pelo alto poder de atração do (a) presidente. Nesse ciclo o centro ocupado pela presidência é plenamente dominante, o poder no governo é relativamente compartilhado e a rivalidade entre os parceiros das coalizões se dá dentro dos limites negociáveis (Figura 1).



Figura 1 Os ciclos do presidencialismo de coalizão.

Fonte: Abranches (2015).



Nesse cenário de acordo com Abranches (2015) “a coalizão se torna menos propensa a ofertar maiorias parlamentares; o sistema tende a fragmentação e a coalizão apresenta fraturas já irremediáveis”. Com a fragmentação e o enfraquecimento da força de atração da presidência a oposição ganha mais espaço, logo, se não houver nesse momento uma mudança significativa no ambiente socioeconômico ocorre novamente uma mudança de fase, entrando no “ciclo centrífugo”.

No ciclo centrífugo a presidência já perdeu totalmente sua força de atração e passa a ter um sinal negativo. A liderança presidencial assim como o núcleo central do governo são fortemente contestados, como reflexo dessa contestação ocorre paralisia decisória e legislativa, o que leva o sistema para uma crise de governança. A oposição ganha ainda mais força e se torna mais incisiva porque ganha força da população já insatisfeita com o governo e a fragmentação se acentua. Nesse momento Abranches (2015) afirma que “forças antes alinhadas ao governo e parcerias em sua coalizão gravitam em direção a novas lideranças que emergem no espaço deixado pelo apequenamento da liderança e da força de atração do (a) presidente” (Figura 3).

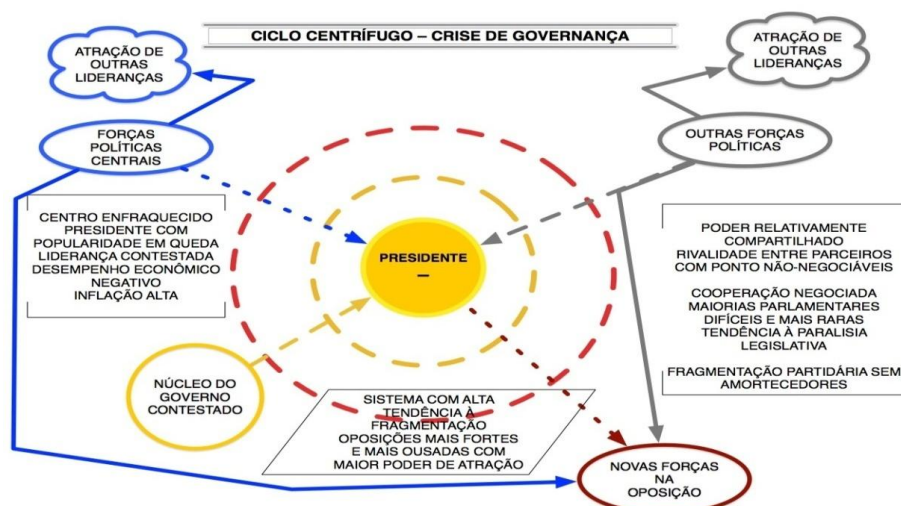


Figura 3 Os ciclos do presidencialismo de coalizão.  
Fonte: Abranches (2015)

No presidencialismo de coalizão a necessidade da criação de coalizões para manutenção de um governo forte e saudável deve-se, segundo Abranches (2015), à “heterogeneidade do federalismo e do sistema de proporcionalidade adotado no Brasil, que incentiva a fragmentação partidária, que tendia, então, de moderada a alta”. No caso brasileiro, de acordo com Abranches (2015), “a coalizão é inevitável para garantir a governança e, em casos limites, a própria governabilidade”. Logo, conclui-se que a extensão e a heterogeneidade das coalizões aumentam a propensão a esses ciclos do presidencialismo de coalizão.

## 2.2 Sistema partidário

O Brasil sendo um país multipartidário conta com um extenso número de legendas partidárias. Para compreender o porquê da existência dessa

diversidade de partidos é preciso primeiramente entender como se consolidou o sistema partidário brasileiro.

Segundo Braga (2013), o sistema partidário brasileiro da atualidade originou-se em 1982, portanto, em pleno processo de transição do regime político. Um sistema partidário segundo Mainwaring e Torcal (2005, p. 252), “é um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas.” A partir desse conceito nota-se que um sistema partidário deve contar com ao menos dois partidos.

Para melhor compreender o sistema partidário brasileiro é necessário um resgate histórico. Um dos principais autores que tratam do assunto é Duverger (1980), em sua obra “Os Partidos Políticos”, Duverger traz duas proposições que ficaram conhecidas como as “Leis de Duverger”. Essas “leis” consistem em duas afirmações feitas pelo autor, a primeira é que o sistema majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos, e a segunda é que o sistema majoritário de dois turnos e a representação proporcional tende ao multipartidarismo.

Sartori (1976) em contraposição a Duverger (1980) propõe duas leis tendenciais: a) fórmulas de maioria simples favorecem um formato bipartidário e, inversamente, dificultam o multipartidarismo; e b) fórmulas de representação proporcional favorecem o multipartidarismo e, inversamente, dificilmente produzem o bipartidarismo. Ambos os autores mostra a alta correlação entre sistemas de maioria simples e bipartidarismo e entre representação proporcional e multipartidarismo.

Tendo conceituado a visão de Duverger (1980) e Sartori (1976) volta-se ao caso brasileiro para a construção de uma linha evolutiva da implementação do sistema partidário no Brasil. A partir de 1943 surgem as primeiras manifestações de sistema partidário no Brasil com a reivindicação

por realização de eleições gerais e um governo democrático. Segundo Soares (1973) em resposta a essas reivindicações eles promulgaram:

“A Emenda Constitucional n.º 9, que declarava a regulamentação do processo eleitoral que viria a se realizar. Em 28 de maio do mesmo ano, foi publicado o Decreto-Lei n.º 7.586, que previa que, para participar das eleições por vir, a associação política deveria obter o apoio de pelo menos dez mil eleitores, dispersos em, no mínimo, cinco estados, além de possuir personalidade jurídica de acordo com o previsto no código civil e atuar em âmbito nacional. Embora o objetivo fosse impedir a formação de organizações políticas regionais, isto acabou favorecendo-as, à medida que estas eram as únicas organizações que já possuíam algum tipo de estruturação e condições para disputar aquelas eleições.”

O começo da década de 1960 foi marcado por treze partidos políticos, ainda de pequeno porte, porém bastante significativos para o período. Esses partidos se caracterizavam pela artificialidade, e as disputas eleitorais eram decididas a partir da máquina estatal e de práticas clientelistas. A reforma constitucional de 1967 veio para ditar uma série de regras sobre a organização e o funcionamento dos partidos políticos buscando dificultar e inviabilizar a formação de novas instituições político partidárias.

Segundo Sartori (1996), no ano de 1978, introduziram-se novas alterações para o funcionamento partidário. A lei introduziu rígidas exigências a serem cumpridas por qualquer associação política que desejasse obter registro partidário. Porém antes das eleições de 1982 promulgou-se uma nova lei que segundo Lamounier (1989):

“Introduziu uma profunda reforma no sistema eleitoral, proibindo as coligações e estabelecendo o voto vinculado, ou seja, devia-se votar apenas em candidatos da mesma legenda para todos os níveis de representação. Exigia-se também que partido retirasse todos os seus candidatos em

caso de renúncia, e institui a candidatura nata para senadores, deputados federais e estaduais e vereadores. Esta última foi considerada uma medida extremamente arbitrária e antidemocrática.”

Em 1984, o Congresso Nacional rejeitou a proposta de Eleições Diretas e então se evidenciou a ineficiência e o fracasso do sistema partidário vigente. Logo, em 1985 já podia se observar o princípio de uma nova articulação dos partidos políticos. Segundo Sartori (1996):

“A Constituição de 1988 inaugurou uma nova etapa na organização dos partidos políticos, expressando formalmente a liberdade de criação, funcionamento e autodeterminação dos partidos. Porém, para chegar-se a este resultado foram necessárias diversas discussões em vários níveis, sendo que o artigo que tratava da formação e funcionamento dos partidos políticos foi, entre todos, o mais modificado.”

Sartori (1996) afirma que houve um impasse quanto ao texto a ser publicado, mais em um consenso optou-se por destacar os seguintes pontos:

“A Liberdade Partidária: Houve um consenso de que a nova Constituição não deveria delimitar a existência de um número de partidos, nem estabelecer condições para a sua criação. Diziam que o próprio partido deveria estabelecer sua estrutura e seu funcionamento, como forma de consagrar a democracia. B) Condicionamentos à liberdade partidária: A existência dos partidos políticos, pela Constituição de 1988, ficou condicionada a fatores como o caráter nacional, a proibição de recebimento de recursos estrangeiros, a prestação de contas à Justiça Eleitoral e o funcionamento parlamentar de acordo com a lei, além de ter que resguardar o regime democrático, a soberania nacional, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais do homem. C) Sistema de controle dos partidos políticos: A princípio não foi estabelecido qualquer controle quantitativo dos partidos. Quanto à qualidade, se declarou que os partidos políticos devem



resguardar o regime democrático, o pluripartidarismo e os Direitos fundamentais da pessoa humana.”

No ano de 2005 Mainwaring e Torcal levantaram um novo debate sobre sistema partidário afirmando que para compreender os sistemas partidários o nível de institucionalização deles é uma dimensão central a ser estudada. Segundo Mainwaring e Scully (1995) e Mainwaring (1999, p. 22-39 citados por Mainwaring; Torcal 2005, p. 250) as duas primeiras dimensões da institucionalização de um sistema partidário são: “a estabilidade da competição entre partidos e a profundidade das raízes partidárias na democracia.”

Segundo Mainwaring e Torcal (2005) o grau de enraizamento partidário social pode ir de fraco a forte. Mainwaring e Torcal (2005) trazem que grande parte da literatura tende a pressupor que os vínculos ideológicos estão na raiz dos vínculos que estabilizam a relação entre eleitores e partidos. A partir dessa ideia os autores colocam que nessas teorias o eleitor escolhe o candidato ou o partido de acordo com suas preferências ideológicas, porém, Mainwaring e Torcal (2005) afirmam que em grande parte das democracias e semidemocracias pós-1978 esse tipo de vínculo é fraco e constitui uma parte importante do frágil enraizamento partidário na sociedade.

Mainwaring e Torcal (2005) ainda expõem que outra manifestação empírica desse frágil enraizamento na sociedade é que nos regimes competitivos pós-1978 a relação entre eleitor e partido é mais personalista que nas democracias industriais avançadas. Sendo assim os autores ressaltam que fora destas democracias muitos eleitores escolhem seus candidatos a partir de suas características pessoais e não levam em conta, partidos ou ideologia.

Segundo Mainwaring e Torcal (2005) o personalismo em excesso reflete esse enraizamento e vai em contramão ao que se espera. Segundo Mény (1990, p.67 citado por Mainwaring e Torcal, 2005, p.250) “o personalismo

introduz um critério importante para avaliar a institucionalização dos partidos: a despersonalização dos partidos e da competição partidária”.

Para Mainwaring e Torcal (2005) os sistemas partidários variam em muitas dimensões, Sartori (1996 citado por Mainwaring e Torcal 2005 p.252) identificou duas dimensões dos sistemas partidários como sendo particularmente importantes: “o numero de partidos relevantes e o grau de polarização ideológica”. Porém, segundo os autores, Sartori (1976) equivocase ao conceituar de forma inadequada uma propriedade que possui a mesma importância para os sistemas partidários: o nível de institucionalização.

Apesar de Sartori (1976) ter sido o pioneiro a reconhecer a importância da institucionalização, que ele chamou de “consolidação”, Mainwaring; Torcal (2005) discordam dele em três aspectos. Em primeiro lugar, segundo Mainwaring e Torcal (2005), Sartori (1996 citado por Mainwaring;Torcal, 2005, p.252) “postulou uma dicotomia entre sistemas consolidados e não sistemas, enquanto eles julgam muito mais útil conceber a institucionalização como um *continuum*”.

Em segundo lugar, Mainwaring e Torcal (2005) discordam do fato de Sartori (1976) colocar o que constitui um sistema partidário em um patamar extremamente alto. E o terceiro ponto que Mainwaring e Torcal (2005) discordam de Sartori (1996) é o fato de o autor ter relegado a institucionalização a um segundo plano. Mainwaring e Torcal (2005, p.253) acreditam que a institucionalização “deve estar no centro do palco, pois algumas das diferenças mais importantes entre sistemas partidários giram em torno das diferenças em institucionalização”.

Mainwaring e Torcal (2005) defendem que quando os sistemas partidários são institucionalizados eles possuem a capacidade de estruturar um alto grau de processo político. Já em sistemas fluidos os partidos são importantes, mas não possuem o mesmo efeito estruturador que os que são

institucionalizados possuem. Segundo Huntington (1968, p.12 citado por Mainwaring e Torcal 2005, p. 254) “institucionalização é o processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade”. Logo Mainwaring e Torcal (2005) defendem que:

“um sistema partidário institucionalizado é aquele em que os atores desenvolvem expectativas e comportamentos baseados na premissa de que os contornos e as regras fundamentais da competição e do comportamento partidários prevalecerão no futuro previsível. Num sistema partidário institucionalizado, os principais partidos e seu comportamento serão estáveis.”  
(MAINWARING;TORCAL, 2005, p. 254).

Os autores Mainwaring e Torcal (2005) conceituam quatro dimensões da institucionalização do sistema partidário. Primeiramente Mainwaring e Torcal (2005) expõem que os sistemas partidários com maior grau de institucionalização manifestam uma maior estabilidade nos padrões de competição entre partidos. Ainda de acordo com os autores o segundo conceito é que nos sistemas mais institucionalizados as raízes dos partidos na sociedade são mais fortes e a maioria dos eleitores possuem algum tipo de ligação partidária e as associações de interesses estão muito ligadas a eles.

Mainwaring e Torcal (2005, p. 254) expõem no terceiro conceito, que em sistemas mais institucionalizados, “os atores políticos conferem legitimidade aos partidos, considerando-os uma parte necessária da política democrática, mesmo quando criticam determinados partidos e manifestam ceticismo em relação aos partidos em geral”. O quarto conceito segundo Huntington (1968, p. 12-24, citado por Mainwaring e Torcal 2005, p.255) é que em sistemas mais institucionalizados “as organizações partidárias não estão subordinadas aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos; elas adquirem um *status* e um valor independente próprio”.

Segundo Mainwaring e Torcal (2005) aqueles partidos que possuem um baixo grau de institucionalização podem ser denominados de fluidos ou fracamente institucionalizados. Para os autores se comparados com sistemas mais institucionalizados esses sistemas fluidos podem ser caracterizados como sistemas que possuem menos regularidade nos padrões da competição, que possuem raízes mais fracas na sociedade, e também possuem uma menor legitimidade geralmente atribuída a partidos mais “débeis”, que segundo os autores são frequentemente dominadas por líderes personalistas.

Essa institucionalização que os autores tratam é o grau de ancoragem dos partidos na sociedade. Segundo Mainwaring e Torcal (2005, p.260) “em sistemas partidários mais institucionalizados, os partidos criam raízes sociais fortes e estáveis”. Nesses locais onde o grau de institucionalização do sistema partidário é maior a maioria dos eleitores sentem-se ligados a um partido e votam regularmente em seus candidatos, afirma os autores.

Existem muitas teorias sobre os motivos de fidelidade de indivíduos a partidos, ou seja, muito se estuda sobre porque os partidos criam suas raízes na sociedade, porém a maioria das teorias segundo Mainwaring e Torcal (2005, p.260) concentra-se “nos vínculos ideológicos ou programáticos entre eleitores e partidos. O pressuposto da existência desses vínculos fortes caracteriza os modelos espaciais do voto de proximidade e os direcionais”.

Os autores concordam que esses vínculos são um meio de grande importância para haver uma estabilização na competição eleitoral, os autores enfatizam que vínculos clientelistas e tradicionais / afetivos também podem causar esse efeito. Porém Mainwaring e Torcal (2005) discordam que esses tais vínculos sejam assim tão fortes em boa parte dos sistemas partidários e mostram que ao contrário do que se vê existe uma ampla variação na força dos vínculos ideológicos.

Segundo Mainwaring e Torcal (2005, p.261) “os modelos espaciais do voto são muito importantes para entender como os indivíduos desenvolvem ligações a determinados partidos e por que os partidos criam raízes profundas na sociedade”. Hinich e Munger (1994 citado por Mainwaring e Torcal, 2005, p. 261) criaram um modelo espacial de proximidade particularmente sofisticado:

“Sustentam que a competição espacial não ocorre necessariamente ao longo de uma dimensão econômica esquerda - direita, mas ainda pressupõe que os eleitores escolhem um partido ou candidato com base na ideologia, que serve de atalho para a decisão eleitoral. Nessa teoria, os indivíduos desenvolvem ligações com partidos porque acreditam que esses partidos defendem melhor os seus interesses. A explicação desses autores sobre por que um grande número de indivíduos adere a partidos, gira em torno da congruência ideológica entre eleitores e seus partidos preferidos”.

De acordo com os autores Mainwaring e Torcal (2005) os modelos espaciais direcionais concordam com a ideia de que os eleitores escolhem um partido ou candidato com base na posição ideológica, porém se diferenciam ao afirmar que os cidadãos “não votam conforme a proximidade do partido em relação a eles na escala direita-esquerda, mas de acordo com a orientação ideológica do partido em algumas questões em relação às quais o eleitor tem uma preferência intensa” (2005, p.261).

Para os referidos autores esse modelo direcional tem em comum com o modelo de proximidade a ideia de que a posição ideológica dos eleitores determinam as preferências por candidatos e/ou partidos e esse é o fator responsável pelas raízes partidárias na sociedade. Mainwaring e Torcal (2005) ainda expõem um terceiro conjunto importante que pressupõe implicitamente que o voto é programático ou ideológico, a teoria da clivagem.

A teoria da clivagem social dos sistemas partidários de Lipset e Rokkan (1967 citado por Mainwaring e Torcal, 2005, p.261) supõe que os eleitores “identificam seus interesses com base em suas posições sociológicas na sociedade”, ou seja, classe, religião, etnia ou nacionalidade são fatores que influenciam a posição dos eleitores. Os autores enfatizam que nesse argumento está implícito que “alguns partidos podem defender programática ou ideologicamente os interesses de diferentes setores da sociedade e que os indivíduos formam suas preferências partidárias com base nos interesses programáticos e ideológicos que resultam de suas posições sociais”.

Segundo Mainwaring e Torcal (2005, p.262), “o voto ideológico, tal como medido pelo tradicional esquema esquerda - direita, varia enormemente”, como pode ser observado. Estudos realizados pelos autores indicam a que novos meios de se pensar sobre eleitores, voto e competição partidária em sistemas pouco institucionalizados devem ser levados em conta. Os modelos que foram tratados não estão errados, porém, não leva em conta a considerável variação na acuidade de seu retrato da competição partidária em diferentes países.

De acordo com Mainwaring e Torcal (2005, p.267), “o voto ideológico é um aspecto poderoso da competição partidária na maioria das democracias industriais avançadas, mas é muito mais fraco na maioria dos regimes competitivos pós-1978”. Se correlacionarmos a estruturação ideológica da competição partidária e a estabilidade eleitoral, teremos outro ponto fundamental onde, segundo os autores:

“os eleitores podem escolher baseados mais em bens clientelistas do que em posição ideológica. Nesse caso, um eleitor pode optar por um político ou partido, mesmo que seu concorrente esteja ideologicamente mais próximo de sua posição preferida”. (MAINWARING;TORCAL, 2005, p.268)

De acordo com Silveira (1998, citado por Mainwaring e Torcal, 2005, p. 268), “o voto pode ser personalista, sem um vínculo forte com preferências ideológicas ou com localização sociológica”. Os eleitores podem votar simplesmente por simpatia pelos traços de personalidade do candidato, nesse sentido, o laço ideológico entre eleitores e partido é fraco ou pode nem existir. Segundo os autores, os eleitores também podem se ligar aos candidatos e partidos através de laços tradicionais / afetivos, porém, de acordo com os autores, em regimes presidencialistas em que a mídia tem um forte impacto na política, esse tipo de laço se desfará com grande facilidade.

Segundo Mainwaring e Torcal (2005), é possível medir a força das raízes partidárias observando a disseminação voto que se baseia unicamente nas características pessoais dos candidatos, excluindo-se o conteúdo programático ou ideológico, isso é um forte sinal da fraqueza das raízes partidárias. Os autores afirmam que quando há laços fortes entre eleitores e partido, sejam eles firmados através de vínculos programáticos / ideológicos, clientelistas ou tradicionais / afetivos, os eleitores tendem a se manterem fiéis ao partido e as características de personalidade dos candidatos ficam em segundo plano.

Nos sistemas partidários fluidos, de acordo com Mainwaring e Torcal (2005), o personalismo desempenha um papel muito maior no voto. Já em sistemas mais institucionalizados há uma maior identificação dos eleitores com o partido. Nos sistemas fluidos os eleitores tendem a escolher de acordo com a personalidade do candidato e não com a ideologia do partido, logo, nesses sistemas fluidos o populismo e a antipolítica são comuns, já que nesse sistema o espaço para populistas são maiores. Para exemplificar Mainwaring e Torcal (2005, p.271) usam um fato brasileiro:

“No Brasil, o presidente Fernando Collor de Mello (1990-92) criou um partido com o objetivo de concorrer à presidência em 1989 e derrotou os candidatos dos partidos estabelecidos. Sete meses depois de sua posse, seu partido conquistou apenas 40 das 503 cadeiras da Câmara de Deputados nas eleições parlamentares de outubro de 1990. Com um claro apelo personalista e não partidário, seu partido desapareceu depois que ele renunciou em 1992, a fim de evitar o *impeachment*”. (MAINWARING;TORCAL, 2005, p. 271)

Mainwaring e Torcal (2005) explicam que em democracias mais antigas e bem estabelecidas, os partidos já estavam enraizados na sociedade antes do surgimento dos meios de comunicação de massa, em especial a televisão. Já nos sistemas pouco institucionalizados esse fenômeno aconteceu antes dos partidos se enraizarem. Logo, segundo Gunter e Diamond (2003, p.187 citado por Mainwaring e Torcal, 2005, p.272), os candidatos puderam “apresentar suas mensagens na televisão sem a necessidade de contar com organizações partidárias bem desenvolvidas, o que permite o surgimento de partidos altamente personalista”.

Em muitos regimes competitivos pós-1978, segundo Mainwaring e Torcal (2005), os partidos são propositalmente difusos, para dificultar que os eleitores consigam identificar quais dos partidos estão mais próximo de suas posições, ou eram ideologicamente pouco confiáveis mudando radicalmente seus posicionamentos, deixando assim os eleitores mais voláteis e mais propensos a votarem em candidatos personalistas.

Segundo Mainwaring e Torcal (2005), nas sociedades onde as raízes partidárias são mais fracas os vínculos personalistas entre eleitores e candidatos tendem a ser mais fortes. Logo, podemos concluir que nos sistemas fluidos, onde os partidos possuem recursos precários e são pouco institucionalizados, muitos partidos são veículos personalistas.



Em suma, de acordo com Mainwaring e Torcal (2005, p.274), essa importância do voto personalista fraco de conteúdo ideológico em sistemas partidários menos institucionalizados ou fluidos, “sugere mais uma vez, a necessidade de cautela na aplicação de modelos teóricos baseados no pressuposto de que a escolha eleitoral é programática ou ideológica”. O que, com frequência, não é o que acontece no caso de sistemas partidários fluidos.

### **2.3 Coligações partidárias**

Nos sistemas presidencialistas multipartidários o objetivo principal dos partidos políticos é conseguir uma representação parlamentar. Para alcançarem tal representação os partidos políticos devem traçar estratégias que os auxiliem a atingir sua meta com menos custo. Essa é uma estratégia racional da qual a coligação partidária faz parte, onde o objetivo é sempre maximizar seus interesses.

Segundo Sousa (2006), antes do período atual as coligações partidárias já haviam sido permitidas no Brasil nas eleições realizadas entre 1950- 1964 e foram proibidas durante o regime militar (1964-1985). Essa proibição foi estabelecida pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737) de julho de 1965 e somente veio a ser extinta em dezembro de 1985, a partir daí os partidos puderam voltar a formar coligações para disputar as eleições.

Segundo Sousa (2006), nem sempre a maximização dos resultados é o único elemento que explica a formação de coligações partidárias. O autor expõe que partidos com programas de práticas semelhantes e que são ideologicamente ligados, podem decidir se coligar para ampliar a divulgação de suas propostas e ideias e para garantir sua sobrevivência dentro das regras eleitorais.

Para Sousa (2006), as coligações são um fator de soma no cálculo eleitoral dos partidos. Segundo o autor, na hora de se coligarem, alguns partidos consideram as afinidades ideológicas para se diferenciarem dos demais partidos, no entanto, para Sousa (2006) a diferença ideológica entre os partidos não são perceptíveis para os eleitores pois essa diferença não costuma aparecer de forma clara.

De acordo com Sousa (2006), essa percepção de diferenciação ideológica é maior em lugares em que o grau de institucionalização dos partidos políticos é mais elevado. Sousa (2006) afirma que quanto maior for a instabilidade do sistema eleitoral e partidário mais difícil será fazer uma identificação partidária. Para reafirmar a ideia das coligações o autor usa a seguinte passagem de Duverger (1987, p.353 citado por Souza 2006, p.30):

“Todo partido que quer afrontar os eleitores se encontra preso no seguinte dilema: ou marchar sozinho, isto é, ser esmagado entre as coligações rivais ou participar de uma delas, isto é, perder grande parte de sua autonomia e de sua novidade.”

As coligações partidárias para as eleições proporcionais e majoritárias, segundo Sousa (2006), foram amplamente utilizadas no período de 1950 a 1964 até serem proibidas no início do regime militar. Em dezembro de 1985 ao serem liberadas novamente, elas vêm crescendo ano a ano. Para Sousa (2006, p.32), “a fragmentação partidária aumentou de forma considerável, e um dos fatores foi a permissão para coligações. Isso não significa, porém, que estas sejam as principais responsáveis pela elevada fragmentação partidária”.

Segundo Sousa (2006), no período recente os micro partidos só conseguem representação parlamentar devido às coligações. Para tal afirmação o autor baseia-se Soares (1964) que formulou duas teorias para tentar explicar o aumento e o papel das alianças partidárias para a vida político-partidária

brasileira a partir de 1950. As duas teorias desenvolvidas por Soares (1964) são a teoria do esforço mínimo e a teoria da resistência ideológica.

Segundo Soares (1964) a teoria do esforço mínimo parte da premissa que um partido poderia, ao mesmo tempo, minimizar os esforços eleitorais e tentar eleger o maior número de representantes de seu partido através das alianças. Logo, Soares (1964) afirma que a maior motivação para os partidos formarem alianças deveria estar entre os partidos que corriam o risco de não conseguirem apoio suficiente para eleger ao menos um representante, ou seja, os partidos pequenos.

A teoria da resistência ideológica, segundo Soares (1964), é baseada em duas suposições, onde a primeira afirma que cada um dos partidos possuía sua exclusiva base social e podiam ser diferenciado de acordo com as raízes sociais que eles firmam, e a segunda afirma que cada partido político possuía sua plataforma ideológica bastante clara e poderiam ser diferenciados por esse critério. Para Soares (1964), os pequenos partidos tinham uma maior tendência para fazer alianças ou coligações, ou seja, o tamanho do partido era uma variável importante.

Assim como Soares (1964), Lima Júnior (1983, p.76-77 citado por Sousa 2006, p.35) também destaca a importância do tamanho do partido, porém como uma posição diferente da de Soares (1964), sendo que para ele:

“o tamanho do partido é, de fato, uma variável crítica para o entendimento do processo de formação de alianças. Entretanto, como esse tamanho variou no tempo, de estado para estado e de acordo com o nível de competição, uma explanação adequada para o papel das alianças exige a incorporação das variáveis citadas [mas de maneira contextualizada]. Considerar os tamanhos dos partidos como uma variável significa, antes de tudo, que os partidos não mais podem ser definidos aprioristicamente como grandes ou pequenos, já que seu tamanho variou no

tempo, entre os estados e dependendo do nível da competição”. (LIMA JÚNIOR, 1983, p.76-77 citado por Sousa 2006, p.35)

Segundo Lima Júnior (1983, p.76-77 citado por Sousa, 2006, p.36), a isso ele dá o nome de racionalidade contextual, onde “a força relativa de um partido constitui-se, assim, no determinante principal de qualquer decisão sobre formação de alianças”. Ainda segundo o autor, uma das principais consequências do processo de formação de alianças e coligações, foi a redução do número de forças eleitorais em competição.

Apesar de grande parte da literatura sobre coligações partidárias trazer que o principal objetivo das coligações é ampliar as chances eleitorais dos partidos pequenos e que essa estratégia de formar coalizões é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais, Machado e Miguel (2008, p.42) postulam que:

“as coligações não almejam única e exclusivamente o aumento do apoio eleitoral. Estas também servem para que os partidos políticos se posicionem entre si, sinalizando aos demais membros do campo político afinidades com determinados grupos e afastamento de outros. A motivação desta aproximação/afastamento pode se dever à intenção de, no momento pós-eleitoral ou mesmo durante um segundo turno, se aproximar de grupos políticos que tenham acesso à máquina estatal. Neste sentido é relevante considerar que a orientação das coligações pode não ter como alvo a orientação do eleitorado, seguindo a perspectiva ideológica, mas também serve para permitir a aproximação de grupos que controlam determinados centros do poder”. (MACHADO;MIGUEL, 2008, p.42)

Segundo Machado e Miguel (2008), dentre os estudos recentes sobre as coligações partidárias no Brasil, tem aumentado a utilização do binômio consistência/ inconsistência como se fosse equivalente ao termo “coerência” utilizado por Downs em 1957. Machado e Miguel (2008, p.42), propõem “uma

diferenciação de nomenclatura que permitir identificar três dimensões importantes para o estudo das coligações partidárias”, em especial para o caso do Brasil onde há uma situação de grande fracionamento partidário.

A primeira dimensão colocada pelos autores Machado e Miguel (2008, p.42), é a “programática ou vinculada aos valores políticos de base, que leva em conta a formação de alianças entre partidos próximos ou distantes em termo de posicionamento político”. Essa segundo Machado e Miguel (2008), é a medida da *coerência*, onde “uma coligação (ou um padrão de coligações) será tanto mais coerente quanto mais estreita for a amplitude das posições ideológicas que nela encontram abrigo”.

A segunda dimensão segundo Machado e Miguel (2008, p.43), trata que “cada coligação, no entanto, é um momento em uma dinâmica que se estende no tempo. As estratégias partidárias não se esgotam no pleito seguinte; elas possuem uma temporalidade mais alargada”. A esse fenômeno de “temporalidade alargada” os autores propõem o termo *consistência*.

De acordo com Machado e Miguel (2008, p.43), “a consistência evidencia a existência, ou não, de estabilidade quanto a comportamentos coligacionistas”. Para os autores quando se observa uma maior estabilidade é possível antever um cenário mais propício à fixação de símbolos políticos com uma maior aderência no eleitorado, “pois a formação de identidades depende da reafirmação das mesmas ao longo do tempo”.

Por fim os autores Machado e Miguel (2008), evidenciam como terceira dimensão a dimensão territorial da disputa. Segundo Melo (2010, citado por Machado e Miguel 2008, p. 43), “no caso brasileiro essa dimensão possui um efeito acentuado”. Assim sendo, para os autores é essencial compreender como se dá a dispersão territorial das coligações. Nesse sentido, de acordo com Machado e Miguel (2008, p.43), “quanto mais dispersas forem as variações das coligações, menor o controle do partido sobre as decisões das

elites locais, impactando negativamente na construção de referências partidárias nacionais”.

De acordo com os autores ao classificar os partidos políticos entre as três categorias, coerentes, consistentes e coesos, é possível observar que a principal característica que os distingue será o seu posicionamento em relação ao governo federal, seja na avaliação de tendência ideológica das coalizões ou na percepção do pragmatismo.

Os tópicos trabalhados durante o referencial teórico é de extrema importância para a compreensão das coalizões partidária no sistema político brasileiro, pois são esses tópicos que fundamentam a existência das coalizões. A partir do que foi descrito no referencial é possível compreender como se dá a relação das coalizões partidárias e como o mau funcionamento das mesmas pode ser prejudicial ao nosso sistema político.

### 3 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Inicialmente é necessário ressaltar que essa monografia trata-se de um trabalho de natureza conceitual, logo os resultados que serão apresentados neste item não são distintos do referencial teórico. Nesse item do trabalho serão feitas discussões relacionando os conceitos apresentados anteriormente a fim de responder os objetivos do trabalho.

Também é necessário ressaltar a grande dificuldade em se encontrar fontes bibliográficas que tratam sobre as coalizões partidárias especificamente. O termo coalizão dentro da literatura estudada sempre passa por algum tipo de adjetivação, ou seja, o termo sempre vem acompanhado de algum adjetivo que muda e especifica seu sentido.

Esse trabalho possui algumas limitações, dentre elas encontram-se a ausência de material brasileiro para a análise, grande parte do material sobre assunto não possui tradução, e quantidade reduzida de autores que tratam do assunto sobre a perspectiva abordada no trabalho.

Apesar da dificuldade de se encontrar fontes bibliográficas que conceituem o termo coalizão e trabalhem a sua importância dentro do cenário político brasileiro, através do que vimos no referencial teórico podemos levantar questionamentos e discussões relevantes acerca do assunto, como por exemplo, de que forma as coalizões favorecem a permanência de um partido por um longo período de tempo no governo.

Como visto anteriormente, as uniões entre os partidos acontecem pela necessidade do governo de obter maiorias no Congresso para votar suas propostas, essas uniões, na grande maioria das vezes, não acontecem por proximidade ou similaridades ideológica entre os partidos e sim por interesses representativos dentro do governo.

Um dos motivos da formação de grandes coalizões no governo é a alta fragmentação partidária. O presidencialismo de coalizão, segundo Abranches (2003, p.75) acaba por reservar “a presidência um papel crítico e central no equilíbrio, gestão e estabilidade da coalizão”. Ainda de acordo com o raciocínio do autor, para tal, o presidente precisa ter um amplo apoio popular e esse apoio popular depende da eficácia de suas políticas, principalmente as econômicas, para que ele possa usar dessa popularidade para fazer pressão sobre sua coalizão.

Além da ampla popularidade presidencial, Abranches (2003, p.76) afirma que para se conseguir manter o equilíbrio na coalizão é necessária uma “agenda permanentemente cheia, para mobilizar atenção da maioria parlamentar e evitar sua dispersão; ter uma atitude proativa na coordenação política dessa maioria, para lhe dar direção e comando”. Abranches (2003, p.76) ressalta que as coalizões multipartidárias são inevitáveis no Brasil com a seguinte passagem:

“As coalizões multipartidárias são inevitáveis em um sistema político como o brasileiro, expressão de uma sociedade plural e, além disso, com tradição de voto proporcional. O chefe de governo – seja presidente ou primeiro-ministro – tem de abandonar a visão de seu próprio partido e adotar uma lógica de ação voltada para a estabilidade e eficácia da aliança. Quando deixa de fazê-lo ou fracassa na tentativa, no parlamentarismo o governo cai; no presidencialismo de coalizão provoca uma crise de governança. A queda do governo no regime parlamentar pode se transformar em crise de governança, mas esta não é uma consequência direta do rompimento da aliança, como no presidencialismo de coalizão.” (ABRANCHES, 2003, p.76)

Atualmente estamos vivenciando uma grande crise no governo, uma crise de governança. Para Abranches (2003, p.77) “numa crise de governança, no presidencialismo de coalizão, é grande a dificuldade de trocar alianças, para



redesenhar a base de sustentação parlamentar”. É exatamente o que temos visto no mandato presidencial brasileiro iniciado em 2015. Diante tal crise o PT (Partido dos Trabalhadores) tem sofrido com a falta de apoio parlamentar e a dissolução de suas coalizões previamente estabelecidas, o que resulta na dificuldade de aprovar projetos de leis no Congresso e no Senado Nacional.

Abranches (2003) mostra-nos que existem muitas limitações no que diz respeito ao real número de alianças viáveis ao qual o chefe do Executivo pode recorrer. Durante o estudo bibliográfico pode-se observar que a literatura contemporânea traz que o número de coalizões pode ser reduzido por uma série de constrangimentos, ou seja, resultados eleitorais, regras de funcionamento dos parlamentos, rivalidades locais, estaduais ou nacionais, ideologias ou posicionamentos programáticos, micropolítica interna dos partidos e dinâmica do relacionamento interpartidário, são fatores que prejudicam as coalizões.

Segundo Abranches (2003) um dos instrumentos de manutenção das coalizões, em toda parte, é a distribuição de cargos e verbas. O autor ressalta que a diferença que ocorre entre os lugares é se essa distribuição adotará critérios puramente clientelistas ou critérios político programáticos. Para Abranches (2003, p.79) a literatura acerca da lógica e da dinâmica das coalizões mostra que :

“Os partidos, ao se aliarem, buscam maximizar o número de cargos sob seu controle e manter a coalizão a menor possível. É inerente à vida político-partidária a rivalidade entre partidos afins. Toda coalizão vive permanente estresse causado pela competição entre os aliados mais próximos, com propensão irresistível para maximizar seu poder e minimizar o dos outros, independentemente da regra eleitoral.” (ABRANCHES, 2003, p.79)

Abranches (2003, p.79) faz uma ressalva importante ao dizer que “a gestão política da coalizão precisa manter o estresse em nível aceitável e evitar que a concorrência entre os aliados leve ao colapso da aliança”. Porém, no cenário político atual onde o governo perdeu sua popularidade e vem enfrentando muitos escândalos é extremamente difícil conseguir manter inabalável as estruturas das coalizões. Um dos grandes problemas que o governo vem enfrentando é a desarticulação e perda de direção política da maioria no legislativo.

Quando ocorre uma crise de governança, cria-se um ambiente muito propício à fragmentação da maioria, desarticulada, sem direção e sem liderança. É nesse contexto que, segundo Abranches (2003, p.80), “o processo político se torna errático e imprevisível”, pois como o presidente está com a popularidade baixa, perdeu parte do seu poder de atração sobre os partidos que apoiam seu governo.

Por esses e outros aspectos a reforma política tem ganhado papel de protagonista no cenário político brasileiro. Essa alta fragmentação partidária que vivenciamos e que é um dos motivos de se formar grandes coalizões é alvo de algumas das propostas de reforma política. Uma das sugestões de reforma seria extinguir as coalizões nas eleições para deputado a fim de fortalecer as legendas.

Segundo DCM (2014), Para o filósofo Marcos Nobre “só a sociedade irá fazer com que as reformas necessárias aconteçam”, ele disse isso a respeito das manifestações de junho de 2013, “o momento em que o PT, apesar de suas notáveis diferenças ideológicas, aceitou entrar no jogo da governabilidade”. O Brasil vivencia um fenômeno que o autor denomina de “pemedebismo”. O pemedebismo é “uma espécie de cultura conservadora que caracteriza o sistema político brasileiro desde o início do seu processo de redemocratização”.

De acordo com DCM (2014), Marcos Nobre ressalta que a sensação de impotência perante o sistema político não é nada atual. Segundo o autor:

“Na época do impeachment do Collor, em 1992, o sistema político criou a explicação de que aquilo aconteceu não porque “ele não tinha apoio no Congresso”, mas porque “ele não tinha uma supermaioria”– superblocos parlamentares, gigantescos, o que também pode ser interpretado como a segunda figura do Centrão, da década anterior. A grande mídia teve um papel decisivo para convencer a sociedade de que aquela explicação era plausível, e assim, evidentemente, cria-se uma enorme pasteurização do sistema político”. (NOBRE, 2014)

De acordo com (DCM, 2014), na visão de Marcos Nobre, a principal característica do pemedebismo é o acordo da governabilidade, ou seja, segundo o autor quem está no poder “se não quiser ser alvo de um monte de cotoveladas durante o trajeto que irá percorrer para aprovar uma proposta qualquer, precisa a ter uma supermaioria a seu favor”. A grande crítica do autor é que esse grande bloco que se cria, acaba por “reproduzir os seus grupos e as suas máquinas dentro do Estado, e aí o projeto de blindar o sistema político contra a sociedade é alcançado.”

A ligação do fenômeno do pemedebismo com as coalizões ocorre exatamente nesse ponto, pois segundo Marcos Nobre, o pemedebismo não é a flexibilização ideológica e sim uma quase ausência de ideologia em prol de um sistema político que distancia a sociedade. O autor prefere se referir ao sistema, como “condomínio pemedebista”, porque presidencialismo de coalização passa a ideia de que realmente há partidos que se unem por um objetivo comum, sendo que não é isso que acontece.

O autor Marcos Nobre (2014) usa como exemplo o PP (Partido Progressista), que segundo o autor “é um ordeiro do partido que sustentou a Ditadura Militar, está no atual condomínio do governo (PT)”. Ou seja, essa

formação de coalizões, puramente interessadas em obter a grande maioria, gera danos ao sistema político brasileiro e invés de aproximar os partidos correlatos, acaba contribuindo com o processo de fragmentação partidária.

Segundo Marcos Nobre (2014), existem dois caminhos possíveis como alternativa ao pemedebismo. O primeiro seria se o sistema político conseguisse se repolarizar, voltando a ter uma oposição forte e clara de acordo com seus posicionamentos ideológicos, assim como foi durante o governo FHC. O autor ainda enfatiza que essa mudança não teria força para mudar radicalmente o cenário político, mais já seria uma mudança significativa.

Em segundo lugar Marcos Nobre (2014) aponta como uma alternativa ao pemedebismo, a criação de plataformas políticas que não fossem única e exclusivamente baseadas na produção de supermaiorias. Para o autor é possível ter uma maioria, sem necessidade de ser uma supermaioria, e por meio dessa maioria que seria formada por motivos ideológicos, tentar-se-ia transformar o país com embates de verdade.

Em análise ao atual momento que vivenciamos no governo brasileiro, Abranches (2015) retorna ao conceito de presidencialismo de coalizão, conceito esse que foi criado e descrito analiticamente pelo autor, a fim de descrever a importância de uma coalizão efetiva para o governo. Segundo o autor:

“O presidencialismo de coalizão define como premissa da governança e da governabilidade a existência de uma coalizão multipartidária minimamente coerente e coesa, que dê condições à Presidência da República de formar maiorias que apoiem suas principais medidas legislativas e barrem iniciativas que possam comprometer as políticas públicas com as quais está comprometida. A coalizão define o “poder de agenda” do governo”. (ABRANCHES, 2015)

Segundo Abranches (2015), a atual presidente Dilma Rousseff sempre tratou sua coalizão como se fosse apenas uma coligação eleitoral, que “esgota suas funções ao lhe garantir os votos nos colégios eleitorais dominados por caciques eleitorais para se eleger”. De acordo com o autor, assim como seu antecessor de governo e parceiro de partido, Lula, ela e seu partido sempre dependeram de votos de redutos não petistas para conseguir alcançar a maioria eleitoral.

Abranches (2015) expõem que o fato de ambos, Lula e Dilma, terem sido eleitos em segundo turno, demonstra com bastante clareza, que o PT não tem a capacidade de produzir, sem a ajuda de suas coalizões, maiorias eleitorais e maiorias parlamentares. Segundo o autor essa coligação eleitoral que o PT vive deve ser transformada, urgentemente, em coligação governamental.

Abranches (2015) destaca que a aliança eleitoral possui três eixos principais de negociação. O primeiro eixo segundo o autor é “a expectativa de poder e a possibilidade de integrar, com vantagens, a coalizão governamental”. Nesse caso a moeda de troca seria a partilha do poder executivo. O segundo eixo trata-se da perspectiva de eleger a maior bancada que for possível, segundo o autor, isso é possível “dada pela soma dos votos de todos, beneficiando os mais votados de cada partido, dentro do quociente eleitoral”.

Segundo Abranches (2015), o terceiro eixo é financeiro. Nesse eixo a moeda de troca é o financiamento das campanhas eleitorais, onde uma parte é paga ao longo da campanha em tempo real, e a outra parte é paga posteriormente para que se possa cobrir as possíveis dívidas de campanha.

O autor Abranches (2015) ressalta que “a moeda principal na negociação da coalizão de governo é a participação proporcional no poder governamental”. Ou seja, essa negociação só poderá ocorrer após o primeiro turno, pois só então saberá o tamanho que as bancadas irão possuir. É por esse

motivo que o autor enxerga como um erro fatal a presidente Dilma Rousseff confundir a coligação eleitoral com a coalizão governamental.

Através dessa análise feita pelo autor Abranches (2015) fica fácil perceber que um dos fatores do problema que a presidente Dilma Rousseff enfrenta atualmente deve-se ao fato dela ter frustrado os partidos aliados, no que diz respeito à participação no poder executivo. Em seu primeiro mandato a presidente garantiu a governança com a sua alta popularidade e altíssimos gastos públicos.

Já em seu segundo mandato, a Presidente já começa dentro de uma crise política agravada pelos grandes escândalos de corrupção. Esse era o momento mais favorável para o PT compartilhar o governo com os membros de sua coalizão, porém o partido continuou hegemônico na coalizão, o poder decisório continuou centrado na presidente. Esse fato fez com que todos os membros da coalizão, segundo Abranches (2015), se sentissem rebaixados ou destituídos de qualquer autoridade.

Segundo a análise feita por Abranches (2015), no momento no poder só entram alguns poucos petistas. De acordo com Abranches (2015) essa “é uma via expressa para o impasse político e a crise, produzindo elevado déficit de governança e riscos crescentes à governabilidade”. No primeiro mandato quando os políticos da coalizão voltavam a suas bases eleitorais, deparavam-se com o peso da popularidade presidencial, o que mantinha a coalizão refém da Presidente.

O cenário que temos hoje modificou bastante essa situação, segundo Abranches (2015), quando os políticos de sua coalizão retornam as suas bases eleitorais deparam-se com o peso da impopularidade da presidente. De acordo com Abranches (2015), “Dilma só teria a oferecer-lhes mais poder. Com a crise provocada pela Lava-Jato, nem mais poder apenas seria suficiente. Seria

necessário compartilhar o poder e garantir reduzindo o poder do PT e a centralização decisória na Presidência”.

Abranches (2015) alerta que essa crise política que vivenciamos ameaça culminar na paralisia do legislativo. Se analisarmos pelos ciclos do presidencialismo de coalizão a situação do governo hoje é claramente centrífuga, ciclo que a presidência passa a ter sinal negativo. Segundo Abranches (2015), “na relação entre os partidos no Congresso, a chance é que predomine o perigoso “shifting the blame”, “transferindo a culpa”, comportamento típico de políticos em busca da autopreservação”.

Diante desse cenário onde a Presidente se encontra sem popularidade e com uma alta rejeição, Abranches (2015) propõe que só caberia à Presidente a abdicação de uma grande parte de seu poder e entregá-la à coalizão. De acordo com Abranches (2015) a saída política possível para a crise é “mudar o modelo de governança do ‘centralismo’ para o ‘poder compartilhado’”.

Em suma para Abranches (2015) a solução para a crise é transformar o governo petista efetivamente em um governo de coalizão, porém essa mudança requer uma alta compreensão da política de coalizão e também uma alta habilidade política, habilidade essa que segundo Abranches (2015), a Presidente Dilma Rousseff jamais demonstrou ter.

A administração pública é diretamente afetada quando ocorre problemas de coalizão. A relação entre executivo e legislativo é extremamente importante para a administração pública, pois, o executivo sem o apoio do legislativo dificilmente conseguirá aprovar suas políticas públicas ou qualquer outra proposta que enviar ao legislativo.

Segundo Figueiredo e Limongi (1999, p.89) são os líderes que definem seus votos na maioria das questões e é seguido por suas bancadas. Os líderes são pessoas de confiança do chefe do executivo, dentro do legislativo, que representa os interesses do executivo durante as votações. Sendo assim,

podemos concluir que quando o líder não possui uma maioria no plenário dificilmente conseguirá a aprovação de um projeto.

De acordo com análise realizada por Figueiredo e Limongi (1999, p. 120) pode-se constatar que:

“A coalizão governamental vota unida nas votações verdadeiramente importantes para o governo. Em geral, o dissenso interno aparece em questões que não comprometem a implementação do programa do governo”.  
(FIGUEIREDO;LIMONGI, 1999, p.120)

Segundo Figueiredo e Limongi (1999, p. 120) apesar de o apoio dos parlamentares ao governo não ser incondicional e possuir uma fidelidade partidária maior que uma fidelidade governista é a coalizão partidária que fornece a sustentação política necessária ao Executivo, e é a partir da coalizão que o Executivo consegue garantir a vitória nas votações relativas à sua agenda. Os autores ainda afirmam que em geral quando ocorre uma derrota presidencial nas votações é porque faltou uma coesão interna à coalizão.

Diante de todos esses pontos ressaltados enfim podemos responder ao objetivo desse trabalho que é identificar a importância das coalizões partidárias no sistema político brasileiro. Diversos autores apontam que o mal-uso das coalizões gera grandes problemas ao nosso sistema político e à administração pública, o momento é mais que propício para perceber isso.

Colocar as coalizões em prática pode ajudar a amenizar a crise política que o Brasil está passando. Já o mau uso dessas coalizões pode piorá-la, é necessário que o governo tome providencias emergenciais junto a sua coalizão para que ele não perca mais apoio político e fragmente ainda mais o sistema partidário, aumentando o nível de estresse e competição dentro da própria base aliada do governo e levando ao rompimento de alianças importantes para o governo.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande problema que o presidencialismo de coalizão enfrenta, segundo Abranches (1998) é o constante choque ideológico entre as ideologias partidárias que se fundem que acaba gerando um dilema institucional. Diante do dilema institucional surge um amplo processo de conflito e negociação onde os partidos que fazem parte da coalizão enfrentam-se a partir de manobras bem estudadas para garantir cargos e poder decisório.

A instabilidade da coalizão no presidencialismo de coalizão atinge diretamente a presidência. De acordo com os ciclos do presidencialismo de coalizão, apresentado durante o referencial teórico, nota-se que assim como a instabilidade da coalizão afeta a presidência, os problemas que presidência enfrenta também afetam as coalizões.

A necessidade da criação de coalizões decorre única e exclusivamente da heterogeneidade do federalismo brasileiro e do sistema de proporcionalidade que é adotado no Brasil. Esses dois aspectos incentivam uma alta fragmentação partidária, nesse caso a coalizão torna-se inevitável para o Brasil para que se possa garantir a governança e até a própria governabilidade.

Como se possui uma constituição muito extensa e abrangente, de acordo com Abranches (2015), ela induz que os partidos tomem iniciativas de emendas constitucionais, o que força o governo a buscar sempre a maioria de coalizões legislativas, força o governo a buscar o máximo de cadeiras possíveis para garantir que seus interesses sejam aprovados ou bloqueie o que não for de seu interesse.

A extensão e heterogeneidade das coalizões devem-se a esses fatos. A coalizão é sensível aos “humores” do eleitorado, ou seja, a coalizão sempre vai se enfraquecer quando o eleitorado se mostrar insatisfeito com o governo. Isso

reforça a ideia de que entre a presidência e a coalizão deve haver uma ligação forte e uma divisão de poder, algo que não acontece no governo vigente.

A coalizão partidária além de fornecer a sustentação política necessária ao Executivo, ela garante a vitória nas votações relativas à sua agenda. Essa vitória só não ocorre quando existe atritos dentro da coalizão. Diante de todos os tópicos trabalhos podemos compreender a importância das coalizões partidárias no sistema político brasileiro. Nota-se que é grande o número de autores que o mal-uso das coalizões pode ser o responsável por grandes problemas que enfrentamos em nosso cenário político.

O momento que estamos vivenciando é propício para essa análise pois através dele podemos evidenciar com clareza quais são os danos que a administração pública sofre por problemas acarretados pelos problemas de coalizão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. H. **A crise política no presidencialismo que deveria ser de coalizão.** Blog Matheus Leitão, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.matheusleitao.com.br/7499-crise-politica-no-presidencialismo-que-deveria-ser-de-coalizao-por-sergio-abranches.html>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade e pluralidade de interesses. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988, pp. 5 a 34.

\_\_\_\_\_. Os ciclos do presidencialismo de coalizão. **Revista Ecológica**, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.ecopolitica.com.br/2014/03/11/os-ciclos-do-presidencialismo-de-coalizao/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, 1988. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

AMORIM NETO, O.; CORTEZ, B. F.; PESSOA, S. de A. Redesenhando o mapa eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política incremental. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n.1, jun., 2011, p.45-75. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762011000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000100002)>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRAGA, M. S. S. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v.1, n.1, 2013.

\_\_\_\_\_. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.4, Brasília, jul./ dez. 2010, p. 43-73.

CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.14, Brasília, mai. / ago., 2014, p.255-295. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/11409/8105>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CARREIRÃO, Y. de S.; NASCIMENTO, F. P. do. As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6519/5262>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

COOPER, D.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DCM. Diário do Centro do Mundo. **A receita do filósofo Marcos Nobre para uma reforma política que enterre o ‘pemedebismo’**. 2014. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-receita-do-filosofo-marcos-nobre-para-uma-reforma-politica-que-enterre-o-pemedebismo/>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

DUVENGER, M. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

FERREIRA, D. E. S. Acerca dos partidos e dos sistemas partidários. **Revista de Ciência Política “Achegas”**, Rio de Janeiro – RJ, n. 26, 2015. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/dimas\\_ferreira\\_26.htm](http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/dimas_ferreira_26.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2015.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, 232p.

HIPPOLITO, L. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.11, n.19-20, p.21-47, jan. / dez., 2004.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estado, instituições e democracia**: república. Livro 9, v. 1 (552 p.), Brasília: Ipea, 2010.

KERBAUY, M. T. M. Legislativo municipal, organização partidária e coligações partidárias. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 13, n. 53, 2008. Fundação Getúlio Vargas –FGV. Sistema de Bibliotecas.

Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/44177>>.

Acesso em: 18 mar. 2015.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.54, fev. 2004.

\_\_\_\_\_. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.57, fev. 2005.

LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias**: o Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo, Loyola, 1989.

LIMA, M. S. **Análise do sistema partidário brasileiro: a evolução das bancadas parlamentares na década de 90**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em:

<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/461#>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

LIMONGI, F. **O Poder Executivo na Constituição de 1988**. Artigo de publicação. USP/CEBRAP, 2015. Disponível em:

<[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/O\\_Poder\\_Executivo\\_na\\_Constituicao\\_de\\_1988.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/O_Poder_Executivo_na_Constituicao_de_1988.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Formas de governo, leis partidárias e processo decisório. **Boletim Informativo e Bibliográfico**, n.55, 2003, p.7-39, USP/CEBRAP. Disponível em:  
<[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/Formas\\_de\\_Governo\\_\\_Leis\\_Partidarias\\_e\\_Processo\\_Decisorio.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/Formas_de_Governo__Leis_Partidarias_e_Processo_Decisorio.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**, n. 76, nov. 2006. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002006000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300002)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. **Revista Lua Nova**, n.44, 1988.

MACHADO, C. M. M.; MIGUEL, L. F. **Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais**. In: VI ENCONTRO da ABCP, Campinas: Unicamp, 2008.

MACHADO, C. M.; MIGUEL, L. F. Padrões de coesão e dispersão: uma proposta de tipologia para coligações. **Revista Teoria e Pesquisa da UFSCAR**. 2008.  
<<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/262/192>>. Acesso: 04 abr. 2015.

MAINWARING, S. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, n.28-29, São Paulo, abr. 1993.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n.2, out. 2005, p. 249-286. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762005000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762005000200001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 12 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. SILVEIRA, F. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

MENEGUELLO, R. Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias / Cidadãos e política: diagnóstico da adesão democrática, comportamento e valores. **Textos para Discussão CEPAL-IPEA**, v.8, Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Pensamento Político. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 243 p. Coleção Pensamentos Políticos, n. 53).

MOISÉS, J. A. **O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011, 135 p.

NICOLAU, J. M.; SCHMITT, R. A. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Revista Lua Nova**, n. 36, p.130, 1995.

PERES, P. Revisitando a “teoria geral” dos partidos políticos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 68, 2º semestre, 2009, p.17-58.

**Revista Opinião Jurídica**, n. 5, v.1, Fortaleza: Faculdade Christus, 2005.

SARTORI, G. **Engenharia Constitucional**: como mudam as constituições. Brasília, UNB, 1996.

SOARES, Gláucio. A. D. Alianças e Coligações Eleitorais: notas para uma Teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 17, jul. 1964.

SOUZA, C. S. P. D. de. **Presidencialismo coalizão: notas expositivas sobre o caso brasileiro**. Artigo de publicação. 2006. Disponível em: <<http://ptdocz.com/doc/369080/presidencialismo-coaliz%C3%A3o--notas-expositivas-sobre-o-caso>>. Acesso em: 18 abr. 2015.